

## Jacqueline de Souza Alves da Silva

---

**De:** Maxiley dos Reis Alves Rocha  
**Enviado em:** terça-feira, 29 de novembro de 2022 17:44  
**Para:** Jacqueline de Souza Alves da Silva  
**Assunto:** ENC: OFÍCIO/SindMPU/DENC Nº 432/2022 - Assunto: NOTA PÚBLICA DO SINDMPU SOBRE A PEC 63/2013  
**Anexos:** Ofício 432\_SEN. RODRIGO PACHECO - NOTA PÚBLICA PEC 63\_2013.pdf; NOTA PÚBLICA PEC 63.2013..pdf

---

**De:** Maria Olimpia Jimenez de Almeida  
**Enviada em:** terça-feira, 29 de novembro de 2022 17:28  
**Para:** Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>  
**Assunto:** OFÍCIO/SindMPU/DENC Nº 432/2022 - Assunto: NOTA PÚBLICA DO SINDMPU SOBRE A PEC 63/2013

---

**De:** Francisca Mendes SindMPU [<mailto:francisca.mendes@sindmpu.org.br>]  
**Enviada em:** terça-feira, 29 de novembro de 2022 17:26  
**Para:** Maria Olimpia Jimenez de Almeida <[JIMENEZ@senado.leg.br](mailto:JIMENEZ@senado.leg.br)>  
**Assunto:** OFÍCIO/SindMPU/DENC Nº 432/2022 - Assunto: NOTA PÚBLICA DO SINDMPU SOBRE A PEC 63/2013

Você não costuma receber emails de [francisca.mendes@sindmpu.org.br](mailto:francisca.mendes@sindmpu.org.br). [Saiba por que isso é importante](#)

Prezados, boa tarde!

De ordem do Diretor Executivo Nacional do SindMPU Sr. Renato Cantoni, segue os anexos, o OFÍCIO/SindMPU/DENC Nº 432/2022 e a nota pública do SindMPU sobre a PEC 63/2013.

Por gentileza, acusar o recebimento junto ao numero de protocolo.

Agradecemos e aguardamos  
 Atenciosamente,

Francisca Mendes  
 Assistente Administrativo  
 (61) 3968-9770



Acompanhe-nos nas redes sociais



[Facebook](#) [Instagram](#) [Twitter](#) [TV SindMPU](#)

Em 29/11/2022 17:15, Francisca Mendes SindMPU escreveu:

--

Atenciosamente,

Francisca Mendes

Assistente Administrativo

(61) 3968-9770



Acompanhe-nos nas redes sociais



[Facebook](#)

[Instagram](#)

[Twitter](#)

[TV SindMPU](#)



OFÍCIO/SindMPU/DENC Nº 432/2022

Brasília/DF, 29 de novembro de 2022.

A Sua Excelência, o Senhor  
Presidente do Senado Federal,  
**Sen. Rodrigo Pacheco**

---

***Assunto: NOTA PÚBLICA DO SINDMPU SOBRE A PEC 63/2013***

---

Senhor Presidente,

O Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Escola Superior do Ministério Público da União - SindMPU vem por este encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Nota Pública, no qual manifesta o posicionamento do Sindicato sobre o texto da PEC 63/2013, incluído na pauta da sessão do Senado Federal do dia 30/11/2022.

O SindMPU é contrário à reinstituição dos quinquênios apenas para magistrados e membros do Ministério Público. Isso porque entende ser o benefício devido a todos os servidores públicos federais, como o era até 2001. Por esse motivo, e em apreço ao princípio da isonomia, o Sindicato é favorável à emenda nº 7,

1

**Liderança Advocacy**  
Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, Ed. Varig, |  
7º Andar | Salas 702, parte 266  
CEP: 70.714-020 | Brasília | DF  
e-mail: liderancaadvocacy@gmail.com

**Sindicato Nac. dos Serv. do MPU, CNMP e ESMPU - SindMPU**  
SAUS Quadra 05, Bloco K, Lote 4, Edifício Ok Office  
Tower, 5º andar, Salas 501 a 507;  
Brasília-DF, CEP: 70.070-937,  
Fone: (61) 3268-9768/0800 717 7790  
e-mail: diretoria@sindmpu.org.br



apresentada pelo Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), que ajusta o escopo da proposta para contemplar, isonomicamente, todo o serviço público federal.

Cumpre ressaltar que os servidores públicos, que estão mobilizados em torno da agenda de recomposição inflacionária de seus vencimentos, percebem a redação atual da PEC 63/2013 como fator de tensão das disparidades, já graves, no serviço público.

Certo da compreensão da pertinência e da relevância do tema, o SindMPU encaminha sua Nota Pública, enquanto renova seus votos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO-SindMPU

**Liderança Advocacy**

Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, Ed. Varig, |  
7º Andar | Salas 702, parte 266  
CEP: 70.714-020 | Brasília | DF  
e-mail: liderancaadvocacy@gmail.com

**Sindicato Nac. dos Serv. do MPU, CNMP e ESMPU - SindMPU**

SAUS Quadra 05, Bloco K, Lote 4, Edifício Ok Office  
Tower, 5º andar, Salas 501 a 507;  
Brasília-DF, CEP: 70.070-937,  
Fone: (61) 3268-9768/0800 717 7790  
e-mail: diretoria@sindmpu.org.br

# Ofício 432\_SEN. RODRIGO PACHECO - NOTA PÚBLICA PEC 63\_2013.pdf

Documento número 0c1e9878-6f9d-4778-b1c8-2778185a7f52



## Assinaturas

✓ Renato Cantoni  
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: 200.173.242.12 / Geolocalização: -15.807914, -47.859630

Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 16\_1\_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/16.1 Mobile/15E148 Safari/604.1

Data e hora: 29 Novembro 2022, 16:18:37

E-mail: renatocantoni@hotmail.com

Telefone: + 5541988243015

Token: 7f89c06f-\*\*\*\*\*-\*\*\*\*\*-1991f8caebdd

Assinatura de Renato Cantoni



Hash do documento original (SHA256):

79c113bdbcc2442e44e50c4219e54842c99b1e71b87baf912a99f8f46f45ff79

Verificador de Autenticidade:

<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=0c1e9878-6f9d-4778-b1c8-2778185a7f52>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):

<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 0c1e9878-6f9d-4778-b1c8-2778185a7f52, de acordo com os Termos de Uso da ZapSign disponível em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)



## NOTA PÚBLICA PEC 63/2013

O Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Escola Superior do Ministério Público da União - SindMPU vem a público se **manifestar contra o texto atual da PEC 63/2013, incluída na pauta da sessão do Senado Federal da próxima quarta-feira, 30.**

A proposta reinstitui o quinquênio, isto é, a parcela mensal de valorização por tempo de exercício na função, **somente** para magistrados e membros do Ministério Público. Assim, pelo que propõe a emenda, a cada cinco anos de efetivo exercício, a magistratura e os membros do MP farão jus a um aumento automático de 5% em seus vencimentos, até o limite de 35%.

Além disso, a PEC permite a inclusão, na contagem, do tempo de serviço em cargos públicos de carreiras jurídicas e na advocacia, inclusive aquele prestado antes da publicação da emenda constitucional que resultar da PEC 63/2013. E também livrará o benefício do teto remuneratório estabelecido pela Constituição Federal.

É conhecida a mobilização dos servidores públicos brasileiros em prol da recomposição dos vencimentos diante de perdas inflacionárias acumuladas. **É nesse contexto de luta pelos direitos dos servidores, que a PEC 63/2013 propõe instituir privilégios para magistrados e membros do MP.** No limite, essas categorias poderão incorporar mais 35% de “penduricalhos” insuscetíveis ao limite constitucional.

**O SindMPU rechaça o escopo atual da proposta, que aprofunda as desigualdades entre as carreiras do serviço público federal, privilegiando os membros em detrimento dos servidores do Ministério Público.** A proposta viola as regras constitucionais de isonomia, além de contradizer o argumento fiscal





frequentemente utilizado para resistir à agenda de reajuste para o serviço público federal.

**Na defesa dos direitos dos servidores públicos, o SindMPU é favorável à extensão do benefício para todo o serviço público federal,** visto que o quinquênio, em verdade, é um direito que existia isonomicamente no funcionalismo e que foi retirado dos trabalhadores em 2001. Nesse sentido, o SindMPU apoia a emenda nº 7 apresentada pelo Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), que reinstitui o quinquênio para todas as servidoras e servidores públicos federais.

**A proposta atual aprofunda injustiças!** Pelo substitutivo que tramita, apenas magistrados e membros do MP, que já recebem os maiores salários, serão beneficiados com a volta dos quinquênios. Enquanto isso, servidores amargam arrocho salarial diante da pesada defasagem de seus vencimentos.

Os servidores do MPU, do CNMP e da ESMPU não serão omissos em condenar essa proposta inconstitucional, que afronta a moralidade administrativa e a isonomia.

**Privilegio não é direito. A PEC 63/2013, ao criar mais privilégios, reforça a desigualdade no país e vai na contramão da luta por direitos dos servidores públicos!**

